



CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO RIO DOCE
ESTADO DE MINAS GERAIS
Av. Carlos Couto, 32 – Centro
CEP 36260-000 – Alto Rio Doce - MG

ATA DA SEXAGÉSIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO RIO DOCE/MG

Aos 29 dias do mês de agosto de 2019, às 17 horas, realizou-se no Plenário da Câmara Municipal de Alto Rio Doce/MG a sexagésima quinta reunião ordinária da Câmara Municipal, sob a Presidência do Vereador Anselmo José Barbosa de Paiva que iniciou a Sessão com os dizeres “Sob a Proteção de Deus, declaro aberta a sessão”.

Em cumprimento ao Regimento Interno, o Presidente determinou que o Vereador Secretário Dárcio Valério Vieira procedesse à chamada, confirmando as presenças dos vereadores: Alcides Barroso Neto, Anselmo José Barbosa de Paiva, Ari Sant Ana de Carvalho, Gilzélío Marcos de Paiva, José Alfredo da Silva, José Geraldo de Oliveira, Marco Antônio Pereira e Osmar Lino da Silva.

Continuando, foi feita a leitura da Ata da reunião anterior, que colocada em votação foi aprovada por todos os vereadores presentes.

1ª Ordem do dia: Leitura do Projeto de Resolução nº 07, de 23 de agosto de 2019, que altera a Resolução nº 02 de 29 de março de 2019. Após a leitura, o Presidente convidou o Assessor Jurídico para fazer uso da palavra e este explicou que se tratava de projeto de resolução para alterar a formação das comissões permanentes da Câmara, com intuito de substituir o falecido Vereador José Maria pelo Vereador Gilzélío. Em seguida, o Presidente colocou o Projeto em votação e ele foi aprovado por unanimidade.

2ª Ordem do dia: Leitura da Indicação nº 23/2019 de autoria dos Vereadores Ari Sant Ana de Carvalho e Marco Antonio Pereira. Após a leitura, o Presidente deu oportunidade para que os vereadores comentassem a indicação e o Vereador Ari falou que se tratava de um pedido dos moradores do local, que foram até eles porque o mau cheiro é muito forte, que já foi feita uma parte do manilhamento no passado e que os moradores estão pedindo que se conclua a parte que falta e que isso vai melhorar a saúde das pessoas moradoras do local. O Vereador Marco Antonio falou que o ideal seria que todos os córregos fossem manilhados, que a Prefeitura tem dois ou três funcionários que estão fazendo manilhas, que fazem uma boa quantidade por dia, que se usassem parte dessas manilhas para esse fim seria uma maneira de melhorar as condições de vida dos moradores da localidade. Em seguida, o Presidente submeteu a indicação à votação do Plenário e ela foi aprovada por unanimidade.

3ª Ordem do dia: Processo de apuração, aberto por força da Portaria n 18/2019. Oitiva de agentes públicos convocados.

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including names like Anselmo José Barbosa de Paiva and Marco Antonio Pereira.]

[Handwritten signature on the right margin.]



CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO RIO DOCE

ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Carlos Couto, 32 – Centro

CEP 36260-000 – Alto Rio Doce - MG

O Presidente passou a palavra ao Procurador/ Assessor da Câmara, este explicou que como foi deliberado na última Sessão Plenária, os servidores foram convocados por força do Art. 45 da Lei Orgânica do Município de Alto Rio Doce. O Assessor pediu ao Presidente autorização para, na condição de secretário da Comissão de Apuração, se deslocar para o final do salão do Plenário para conduzir a oitiva. O Presidente autorizou. Em seguida, o Assessor dirigiu a palavra aos servidores convocados para falar que, como de conhecimento deles, tramita na Casa Legislativa um procedimento administrativo referente a uma manifestação escrita, que independente de teor ou intuito, cabe ao Legislativo a devida apuração. Esclareceu que não havia cunho pessoal, não era intenção o prejuízo à pessoa do servidor, mas que aquele que exerce função pública tem obrigação de prestar contas daquilo que faz na gestão. Falou que o procedimento tem um único objeto que é a preparação para uma possível abertura de CPI e que, caso aberta, ser-lhes-ia dado o direito do contraditório e da ampla defesa. Disse que, por ora, intentou-se simplesmente ouvi-los e assim subsidiar a decisão futura de abertura ou não da CPI. Explicou que o processo foi aberto por força de portaria, com base exclusivamente na manifestação escrita, tendo a Comissão de apuração como Presidente o vereador José Alfredo da Silva, como Vice-presidente o vereador Marco Antonio Pereira e como membro, até então, o falecido vereador José Maria de Paiva Lopes, substituído pelo vereador Gilzélvio Marcos de Paiva. O Assessor orientou que os servidores falassem a verdade e pediu autorização ao Presidente da Comissão para conduzir as perguntas, o que foi autorizado. O Assessor pediu que os vereadores fizessem as devidas intervenções caso ele se excedesse nos questionamentos e manifestações, ressalvado ser o Presidente da Comissão a autoridade competente para conduzir a oitiva. O Assessor fez a leitura do termo de manifestação da senhora Imaculada da Mota Souza Dias. Em seguida, pediu que se constasse em ata um fato de que lhe gerou grande consternação, uma vez que o Chefe de Obras criou obstáculos para ser notificado em manifesto prejuízo ao procedimento, foi necessário que o Procurador saísse do seu recinto de trabalho juntamente com um vereador para conseguir notificar o Chefe de Obras, pois o mesmo combinava um local e horário com as servidoras do Legislativo para receber a notificação e não esperava, saía com a intenção escusa de não ser notificado. O Assessor orientou pelo encaminhamento da ata para possível abertura de processo disciplinar na Prefeitura, pois entende haver desrespeito manifesto do Chefe de Obras para com o servidor que tentou notificá-lo. Que não bastasse isso, o Chefe de Obras "deu de braços" para o

Assessor



CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO RIO DOCE

ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Carlos Couto, 32 – Centro

CEP 36260-000 – Alto Rio Doce - MG

Vereador quando este disse que ele precisava assinar a notificação. O assessor afirmou que ao dar de braços para o Vereador, o Chefe de Obras deu de braços para todo o Legislativo e para os cidadãos que são representados por ele. Falou que foi um manifesto desrespeito e que este é um exemplo a não ser seguido, que o Servidor público tem um porte esperado, previsto em estatuto, que se espera uma conduta condigna com o Município, que ao ver uma situação dessa, entende que o servidor demonstra despreparo em conhecer suas atribuições, mas cuja avaliação compete ao Gestor, que gostaria que esse fato fosse levado ao conhecimento do Executivo para instruir processo disciplinar, para que se imponha a medida disciplinar que o gestor entender cabível. Dando continuidade, o Assessor dirigiu-se ao Chefe de transportes Matheus José Araújo Pimentel e perguntou se houve emprego de recurso do Município em favor do vereador Valdomiro. O chefe de transportes respondeu que não houve, que assumiu a secretaria em julho de 2018. Sobre a denúncia de emprego de máquinas da prefeitura na abertura de lotes em favor de particulares na Rua Mikaela, o secretário falou que quando tem entulhos em lotes, a Prefeitura faz a limpeza para utilizar o entulho nas estradas do Município. Sobre a aplicação de caminhões e tratores em favor de particulares, o chefe de transportes falou que não acontece, que algumas vezes as máquinas estão trabalhando nas estradas e o cidadão pede que se faça a limpeza da entrada de suas casas e eles fazem, que são serviços que não demoram nem dez minutos e que os servidores não negam porque as máquinas são do povo. Com relação ao emprego de máquinas em favor do Senhor Alaor, em meados de 2018, o Chefe de Transportes disse não saber, que pela data pode ter sido antes de ele assumir o cargo. O vereador José Alfredo interveio e afirmou que em sua época como chefe de transporte também não houve esse emprego, que provavelmente a máquina não foi da Prefeitura. Com relação ao ônibus que estava circulando sem o vidro, Matheus disse que foi solucionado e que ficou rodando com uma madeira para tampar por um período de mais ou menos 20 dias, apenas enquanto se fazia a licitação para aquisição de um vidro. Com relação a denúncia sobre a motorista do ônibus da linha de Abreus, o secretário afirmou que ela era contratada do Município e que não tinha vínculos como terceiro, que ela permaneceu como servidora contratada do Município até a nomeação de motorista aprovado no concurso. Com relação à denúncia de que os veículos da saúde e educação do Município são empregados em final de semana e horário de almoço em interesse particular dos servidores, o chefe de transportes disse que não acontece, citou como exemplo o feriado municipal do dia seguinte, disse que havia três



CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO RIO DOCE

ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Carlos Couto, 32 – Centro

CEP 36260-000 – Alto Rio Doce - MG

viagens agendadas, que as pessoas vêem o servidor passando na rua no sábado ou feriado, acham que estão passeando, mas não sabem o que o servidor já fez. Afirmou que tem controle sobre a frota e que, inclusive, fez um curso junto a ASI para utilizar o sistema de controle de frota. O vereador Marco Antonio questionou o Chefe sobre como é feito o controle de horas das máquinas terceirizadas, o mesmo respondeu que tem planilhas e ordem de serviço. O Vereador pediu que se constasse em ata para depois pedir na Prefeitura para acompanhar esse controle, pois há reclamações e questionamentos sobre isso.

Terminadas as perguntas ao Chefe de transporte, passou-se à oitiva do Chefe de obras Arlindo Cesar Santana. Quanto à denúncia de emprego de máquinas em favor do Vereador Valdomiro, quando da realização do leilão, o mesmo disse não ter nada a declarar. A respeito da abertura de lotes na Rua Mikaela, o Chefe de obras disse não saber que houve essa obra. Que dentro das suas atribuições como coordenador do setor de obras, sobre o controle dos caminhões e máquinas aplicadas em obras particulares, reitera o que foi dito pelo chefe de transportes. Questionado pelo Assessor Jurídico se sabe o que é uma ordem de serviço, respondeu que havia uma obra em Vitorinos e que a ordem de serviço já foi dada ao rapaz que ganhou a licitação, que a obra inicia na segunda feira e que qualquer vereador que quiser pode acompanhar o serviço, que ele não tem nada a esconder de ninguém. Que ele é o responsável pela emissão das ordens de serviço e que a emissão destas começou há pouco tempo. Quanto ao problema das vagas reservadas aos taxistas nas feiras municipais, o chefe de obras falou que não pode opinar sobre uma coisa que não está por dentro. A respeito do fornecimento de água em Missionários, informou que lá tinha um compressor velho, que eles acabaram com aquilo, colocaram duas bombas novas para melhorar o fornecimento de água em Missionários, que não faltou água lá hora nenhuma. O Chefe de obras pediu que o Vereador José Alfredo explicasse, porque ele está por dentro do que acontece. O Vereador explicou que às vezes a bomba estraga e tem a bomba reserva, no entanto o rapaz que toma conta disso trabalha em outras localidades e às vezes está ocupado e demora para conseguir chegar em Missionários. Falou que o pessoal, quando falta água um dia, diz que já faz três dias e que não é assim. Que o chefe de obras está sempre dando assistência, quando solicitado. O vereador Marco Antônio interveio para dizer que o pessoal de Missionários reclamou muito com ele e por isso fez uma indicação para a compra da bomba reserva, que até havia conversado com o Vereador José Alfredo sobre



CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO RIO DOCE
ESTADO DE MINAS GERAIS
Av. Carlos Couto, 32 – Centro
CEP 36260-000 – Alto Rio Doce - MG

fazer um ofício para o rapaz responsável pela manutenção das bombas para que comparecesse para uma conversa, pois ficou sabendo que o mesmo é muito omissivo com o serviço, que ele agora pode estar sendo bom, mas que num passado recente estava horrível o serviço. O vereador José Alfredo afirmou que a prestação do serviço melhorou sim. Sobre a denúncia do corte de energia na escola em Missionários, o Chefe de obras explicou que foi necessário o corte, pois a escola passou do Estado para o Município e não foi por falta de pagamento. Dando continuidade, o Assessor jurídico questionou o chefe de obras sobre a denúncia de que ele e a esposa foram vistos no carro da saúde no centro da cidade, não estando a serviço. O mesmo explicou que passou no lavador, o carro estava lavado e a pessoa pediu que ele o guardasse, assim, ele pegou o carro e por coincidência passou por sua esposa no caminho até a garagem e lhe deu carona, que ele guardou o carro e foi embora para casa. O chefe de obras negou fazer uso do carro em benefício próprio, falou que o carro não fica em sua casa, que acontece de algumas vezes, quando vai buscar os funcionários nas localidades mais distantes e passa perto de casa, a fim de pegar alguma coisa. O vereador Marco Antônio interveio para registrar que por vezes o carro da prefeitura pernoita em frente a residência do Chefe de Obras e que inclusive já havia orientado para não fazer isso.

Passada à oitiva do servidor Orlean Henrique da S. Viana controlador interno, o Assessor Jurídico falou sobre a importância do Controle Interno na Administração Pública e sobre o déficit desse setor no Município, que o servidor assumiu sozinho e não deve conseguir dimensionar essa importância. O assessor questionou o servidor sobre seus conhecimentos a respeito da Lei do Controle Interno do Município, que traz as atribuições desse sistema, se ele sabe o que é o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o servidor pediu que o Assessor refizesse as perguntas. Sobre conhecer as atribuições do cargo, o servidor disse que assumiu no dia 1º de julho de 2018 foi chamado para assumir o cargo de controle interno e daí em diante seguiu com essas tarefas e foi, no decorrer do ano, tentando se adequar, familiarizando-se através dos empenhos, tentando entender como funciona, que na verdade é muito difícil. Sobre a existência da comissão de controle interno, prevista na lei, o servidor se equivocou, pensando que a comissão designada para apuração das irregularidades fosse a comissão mencionada na lei, o que foi esclarecido pelo Assessor, que presumiu não existir a comissão de controle interno e falou ao Presidente sobre orientar o Gestor do Executivo da importância de criá-la. Sobre a solicitação das cópias de ordens de

Orlean Henrique



CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO RIO DOCE

ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Carlos Couto, 32 – Centro

CEP 36260-000 – Alto Rio Doce - MG

serviço e documentos que autorizem o emprego de máquinas, o servidor respondeu que tem acesso às planilhas e ordens de serviço através dos empenhos. E que os documentos estão sendo providenciados e serão encaminhados. Falou que o controle interno não tem o hábito de nomear e controlar os fiscais e gestores de contrato. O vereador Gilzélcio questionou sobre como é feito o controle das máquinas contratadas, como no caso do rapaz em Abreus que está prestando serviço para todo mundo. O chefe de transporte explicou que o Julio é contratado da empresa que ganhou a licitação e não tem contrato direto com a prefeitura.

Passada à oitiva do servidor Welton Bruno Dias, sobre a denúncia de que ele fazia pessoalmente, como motorista, o transporte da saúde da linha Vitorinos/Barbacena enquanto estava lotado no posto de saúde de Vitorinos, negou ser verdade e disse ter consigo todas as Portarias em que foi designado para a saúde, que desde o mandado da antiga Prefeita Maria de Lourdes ele digita a produção do PSF no posto de saúde de Vitorinos, que tem uma série de documentos que comprovam, como livro de ponto, cópia dos emails da relação da produção que ele digitava, afirmou que sempre carregou pacientes no carro de seu pai, mas fora do horário de serviço, finais de semana ou quando estava de férias. O servidor comprometeu-se a entregar as cópias dos documentos para serem juntadas aos autos do processo de apuração. Sobre a ligação que tem com o Senhor Tadeu Venceslau de Faria, o servidor disse que a única relação entre eles é a de cunhado. Falou que os transportes de pacientes que fazia sempre foram particulares, sem nenhuma relação de concessão de linha. Falou que foi cedido para a saúde pela antiga Prefeita, por cerca de um ano e meio, e agora na atual gestão, encontrava-se cedido há uns quatro anos. Que há uns quatro meses mais ou menos, está de volta à Prefeitura no setor tributário. O Assessor reiterou que não houve intenção de constranger os servidores, que a convocação se deu unicamente por conta da ausência injustificada feita primeiramente, pois não fosse assim, não seria possível compor o processo. O Vereador José Alfredo agradeceu a presença dos servidores e pediu que, quando houver mais denúncias, os servidores compareçam para os esclarecimentos, falou que os vereadores não estão aqui para punir ninguém, apenas para esclarecer os fatos. O Vereador Marco Antonio falou que quando a população tiver alguma denúncia, pode trazer para os Vereadores, que esse é o trabalho deles, que vão continuar o processo, vendo o que poderá ser feito de concreto em cima do que eles apuraram. Pediu que se constasse em ata que talvez os servidores tenham pecado em fazer alguma coisa fora da lei pelo reflexo do chefe do executivo, que não dá exemplo. Falou que gostaria que o Prefeito

Handwritten signature

Handwritten signature



CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO RIO DOCE

ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Carlos Couto, 32 – Centro

CEP 36260-000 – Alto Rio Doce - MG

fosse chamado para esclarecer como funciona o contrato de locação do carro utilizado pelo mesmo, o qual é usado em todos os momentos por ele. Sustenta que por vezes o carro é visto em situações que presume não ser em razão do cargo ou no exercício da função.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a Sessão e determinou que se lavrasse presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por todos os vereadores.

Presidente:

Aldo Barros Sob

Rafael Valério Vieira

Guzelmo Marcos de Paula

José Geraldo de Oliveira

José Antônio da Silva
Baralho

D. ...

Carlos ...